

022ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 16DEZ2019

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo o processo SEI nº 046.00111/2019-07, de autoria do Ver. Professor Wambert, comunicando sua desfiliação do Partido Republicano da Ordem Social – PROS, e filiação no Partido Liberal – PL. Informa, ainda, a alteração da bancada para bancada do Partido Liberal.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadoras e vereadores, estamos nos encaminhando para a reta final dos trabalhos deste ano de 2019. Tivemos alguns momentos conturbados, outros que eu considero extremamente importantes, em que o Oliboni, os vereadores e as vereadoras, junto com representação da sociedade civil, chegaram a bons denominadores comuns. Quiçá 2020 seja um ano em que esses eventos positivos de conciliação e de concertação possam ser preponderantes, e não aqueles de disputas infundáveis. Aqui eu lembro a grande disputa que houve sobre o IPTU, e agora vejo o governo fazendo uma tremenda campanha publicitária, gastando o dinheiro que a Prefeitura diz não ter, mas tem para pagar publicidade na grande mídia. Estamos atentos a essa questão, neste final de ano, porque, como as senhoras e os senhores sabem, no ano que vem, o prefeito não pode gastar mais do que uma média do que foi gasto neste ano. Então, Ver. Aírto Ferronato – V. Exa. tem domínio, como poucos, sobre o orçamento –, o que faz o prefeito? Gasta-se rapidamente, nesses últimos 15 dias, Ver. Camozzato, tão cioso do nosso orçamento também, para que, no ano que vem, ano eleitoral, se possa gastar na média. Eu espero que o Tribunal de Contas do Estado, que às vezes é atento a pequenas burocracias, esteja atento a esse tema e que o Ministério Público esteja atento a essas questões.

Hoje, vejo notícias: vereadores sendo presos em Minas Gerais; a Câmara de Cruz Alta fazendo sei lá o quê; e aqui nós estamos, Ver. Cecchim, devolvendo recursos do duodécimo. E não é só neste ano; nos últimos anos, todos os presidentes – não lembro exatamente em que ano começou – devolveram recursos. Nós gastamos muito menos. Claro que nós não podemos fazer comparações entre atividade de um e de outro vereador. Há vereadores que têm uma atividade espalhada pela cidade; por exemplo, no meu caso,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

ainda me utilizo de algumas coisas tradicionais e ortodoxas, pelo tipo de público com o qual eu trabalho, mas também, por outro lado, tenho algumas atividades que se assemelham ao nosso jovem colega Camozzato, que trabalha fundamentalmente através de um relacionamento de redes sociais e de agrupamentos variados. Isso é bom, é a multiplicidade do Parlamento. Agora, para isso, nós temos que ter mais conversas, mais debates. Uma nova Mesa se instalará nos próximos dias. Eu espero, Ferronato, que essas temáticas possam ser levadas à Mesa Diretora e que algumas questões como a reforma do Regimento, que nós não demos conta neste ano, no entanto, está praticamente acertada, eu diria que mais de 70% das proposições de reforma do Regimento trazidas até este momento... Pelo menos foi o que me pareceu na reunião da CCJ: haverá acordos que trarão uma nova dinâmica mais ousada, mais profissional e mais capaz. Agora, não vamos esquecer que há projetos que poderão ser votados, que vão detonar alguns segmentos importantes da cidade, como já denunciei, na semana passada aqui, a monopolização da publicidade ao ar livre. Não! Isso não passará, porque prejudicará a economia de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Bom dia, Presidente, colegas, público que nos acompanha. Eu ouvi aqui atentamente e me inscrevi para rebater os argumentos do Ver. Adeli, da bancada do PT. E como é bom ter memória! Como é bom ter memória, como é bom ter a liberdade garantida para falar as coisas e rebater os argumentos, Ver. Idenir Cecchim! O Ver. Adeli veio aqui falar sobre o IPTU, a propaganda do IPTU. Agora, eu entendo por que o Ver. Adeli patrocinou aquela palhaçada aqui da questão dos votos: o que era maioria; que o projeto, para ser por maioria, tinha que ter 24 votos. Essa questão, graças a Deus, não existe mais aqui. Era o medo de a Prefeitura, Ver. Mauro Zacher, poder comunicar, poder explicar, poder deixar claro que metade dos imóveis desta cidade terão o seu IPTU reduzido ou isento.

Agora, eu quero colocar em pauta aqui, Ver. Cassiá Carpes, o que a gente viu neste final de semana maravilhoso em Porto Alegre. Quero agradecer às vereadoras e aos vereadores

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

que enfrentaram alguns debates e aprovaram aqui o projeto de concessão de praças e parques, Ver. Mendes Ribeiro. O Ver. Adeli, o PT, a oposição, à época, disseram que nós, que votamos a favor, queríamos privatizar as praças e os parques, que o governo Marchezan iria estipular ingresso para entrar nas praças para namorar ou para passear com o cachorrinho, que teria que pagar. Ou vocês não lembram? Disseram que governo Marchezan, por meio do projeto de concessão de praças, estava vendendo as praças e os parques. Foi um festival de *cards*! É a mentira sendo utilizada eleitoralmente para mobilizar as pessoas. Neste final de semana, tivemos um *show* gratuito na Redenção, temos espaços que, aos poucos, vão devolvendo Porto Alegre para o seu caminho alegre. Então eu quero aqui deixar muito claro: que bom que temos agora divulgação, Ver. Adeli, sobre o IPTU, sobre o porquê do IPTU. Quero lembrar aqui que foi o PT o último a fazer a revisão da planta de valores em 1991. Quero lembrar aqui que ex-governantes – como, por exemplo, o Tarso Genro – se manifestaram, inclusive nas rádios, a favor do projeto deste governo para fazer a revisão da planta de valores. Ninguém disse que é uma pauta simpática, ninguém disse que é uma pauta boa, ninguém disse isso. Agora, vir aqui tentar julgar e medir com a régua dos outros este governo? Desculpem, mas eu não vou ficar calado e vou usar a tribuna, sim, para dizer: vamos parar e ter um pouquinho mais de consciência. Eu estou juntando os *cards*, esses posicionamentos mentirosos que mobilizam tanto as pessoas, tendo em vista, na realidade, a eleição do ano que vem. Que bom que nós vamos poder divulgar, que bom que vários porto-alegrenses vão receber, agora, a oportunidade, se puderem pagar antecipado, de ter o seu desconto de 10%, mas também alguns – vários, metade da população – vão poder julgar que reduziu um pouco o seu imposto. Talvez esse seja o motivo pelo qual as pessoas não querem que este projeto seja aprovado neste ano. Muitas pessoas, hoje, acreditam naquele discurso que montaram de que iria aumentar 80%, no primeiro ano, para todo mundo. Muitos porto-alegrenses vão ver o que nós defendemos aqui como justiça tributária. Sei que isso incomoda. Agora, se incomoda, Ver. Adeli, ao PT, em 1991, vocês não deveriam ter feito a última revisão da planta de valores, que foi feita pelo governo de vocês. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

Vereador Adeli Sell (PT) (Questão de Ordem): Eu pediria a gentileza, porque eu fui gentil, não disse nenhuma aberração aqui, que o vereador retirasse a palavra mentiroso, porque eu não menti.

Vereador Cassio Trogildo (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, após o período de Pauta, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, daqui a pouco, nós iremos votar aquele projeto de R\$ 10 milhões para a construção de ciclovias e de uma pesquisa de origem e destino. No dia 6 de novembro, há 40 dias, fiz um pedido de informações sobre esse projeto pedindo que citasse, por gentileza, quais são as ciclovias incluídas nesse assunto, que desse a justificativa de cada uma delas, que informasse se as comunidades do entorno foram ouvidas e qual é a repercussão sobre o trânsito na cidade, sobre os estacionamentos. Só quatro perguntas rápidas e objetivas. Não tive a alegria da resposta do senhor prefeito. Então, senhoras e senhores, nós estamos com um caos no trânsito de Porto Alegre; nós perdemos, diariamente, no mínimo, 40 minutos trancados no trânsito de Porto Alegre, e os investimentos para o trânsito não acontecem. O Ver. Aírto Ferronato sabe que o projeto da Av. Edgar Pires de Castro está pronto há mais de quatro anos e não é implementando. Nós estamos aprovando financiamentos acima de R\$ 1 bilhão; mas, para assuntos importantes, não são feitos. Às vezes, pequenas coisas, como complementar a abertura de ruas que há anos estão ali paralisadas – como a Rua Dr. Gastão Rhodes, como a Rua Cônego Vieira da Soledade, que são ruas incompletas trancando o nosso trânsito –, que precisariam de poucos investimentos, não são feitas. Eu coloquei várias emendas relacionadas a trânsito e relacionadas a pequenos investimentos que não foram aprovadas, inclusive a meu pedido, para não complicarem o nosso orçamento. Vejam que eu não estou querendo complicar,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

mas estou claramente contribuindo no sentido de que a Prefeitura olhe para o objetivo: temos um milhão de veículos que circulam durante a semana em Porto Alegre, e isso não tem prioridade. Olhem, fiz um cálculo aproximado: o setor automobilístico, todo o sistema, contribui anualmente com a Prefeitura em aproximadamente R\$ 700 milhões em retorno de ICMS, ISSQN, ITBI e IPTU, e esse setor está sendo desprezado pela Prefeitura, que dá privilégios a outro setor que não contribui financeiramente com a Prefeitura. Então, estamos prejudicando a economia de Porto Alegre não priorizando os investimentos no trânsito e na circulação viária, que hoje é a maioria rodoviária. Então, faço um apelo aos senhores e senhoras: nós já aprovamos R\$ 1 bilhão em financiamento, e, agora, este realmente diz que estão priorizando os detalhes fora do objetivo central de nossa cidade. Então, encaminho contrariamente a este projeto de financiamento que vamos votar daqui a pouco. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Ver.^a Mônica Leal, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, mais uma vez, falo sobre o trágico projeto que o governo Eduardo Leite encaminhou e que está em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. A proposta do governador, a argumentação, a justificativa é, primeiramente, evitar o crescimento vegetativo da folha de pagamento dos servidores públicos. O segundo grande objetivo da proposta é conter o déficit previdenciário. Com relação ao crescimento da folha, é preciso falar sobre as conquistas alcançadas durante décadas. E, com relação ao déficit, há uma conversa furada de que, na verdade, o déficit previdenciário é culpa do trabalhador brasileiro. Não dá tempo aqui para falar sobre o tema, vou falar mais especificamente em outra oportunidade. A questão é o tamanho do desemprego no Brasil, isso gera déficit e diminui as contribuições do trabalhador – por isso, o déficit.

Neste projeto, fala-se, repito, do crescimento vegetativo e do déficit; nada se diz sobre o sistema. Buscam jogar nas costas do servidor público os problemas do Estado do Rio Grande do Sul, mormente no que tange, no que diz respeito aos problemas de déficit de caixa. Nós não podemos olhar o déficit apenas sob o ângulo da despesa, nós temos que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

ter um olhar sobre a receita. Nós estamos empurrando toda a carga em cima do servidor público. E aqueles benefícios fiscais que consomem bilhões de reais por ano? Fala-se tanto em uma auditoria, em maior transparência, mas nada se faz. O tamanho da sonegação é astronômico, nada no projeto fala disso.

Nós temos a questão da dívida pública. A recuperação das finanças do Estado do Rio Grande do Sul passa pela renegociação da dívida pública em Brasília e passa também pelo olhar sobre a Lei Kandir. Nós temos projeto em Brasília que busca terminar com a Lei Kandir; nenhum deputado do Rio Grande do Sul se manifesta – ou quase nenhum – sobre isso, apenas falam sobre os projetos que estão aí e que fazem com que apenas o servidor público gaúcho, o servidor do Estado do Rio Grande do Sul suporte todo o prejuízo sobre si, numa busca louca de tentar recuperar as finanças do Estado em cima do servidor público do Rio Grande do Sul. Isso é inadmissível! Nós não acreditamos que os deputados gaúchos votem favoravelmente a esse tipo de projeto, que mexe com os professores, com a educação, com a segurança, com a saúde e com todas as áreas do serviço público aqui do nosso Estado. Péssimo e criminoso projeto! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

PAUTA

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, não vou repetir aqui a famosa frase do Stanislaw Ponte Preta, mas eu não entendo este governo. O governo nos manda o PLE nº 006/19, foi feito o pedido de urgência, tiraram urgência, pediram urgência, retiraram urgência. Vou repetir: pediram urgência, retiraram urgência, pediram urgência, retiraram urgência. Está entendido? Eu fui o relator na CCJ e dei parecer pela inexistência de óbice de um projeto do governo, porque eu o estudei e verifiquei, Conceição, que esse projeto de lei muda algumas atribuições em cargos da Procempa. Agora, sou surpreendido, na undécima hora, com um projeto de lei que chega aqui no dia 28 de novembro, o PLE nº 031/19, que mexe na mesma lei, a Lei nº 11.403, se nós aprovarmos hoje, porque pode ser

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

votado nesses períodos próximos o PLE nº 006/19, do qual eu sou relator – dei pela inexistência de óbice. Agora, entra o PLE nº 031/19, que trata do mesmo tema, só que, ao invés de tratar, simplesmente, de assessoria, também trata de assessoria, só que já trata... E aí está o problema: o outro tratava do cargo de assessor; esse, volta a tratar do cargo de assessor, mas também trata dos cargos de gerente e de supervisor. Como é que nós vamos poder votar uma coisa dessas? Ver. Moisés, os senhores têm que nos ajudar, não é porque eu sou da oposição, eu sou um vereador atento, pertenço à CCJ, fui relator, estudei a primeira matéria, dei parecer favorável. Agora, me assombra, me perturba, me deixa com o olhar obnubilado essa confusão de projetos de lei do Executivo que mexem com a mesma lei, a Lei nº 11.403. Como está aqui a diligente assessoria do prefeito municipal, eu peço que me esclareça. Pode ter sido um lapso, mas, sendo um lapso, o que deveria ter feito o prefeito quando ele se dirigiu a nós pedindo a aprovação? Tem, inclusive, uma justificativa que eu não consegui verificar, porque fui surpreendido agora: são projetos diferentes que tratam da mesma lei.

Então, nesta 1ª sessão de Pauta, Ver.^a Mônica Leal, eu vou ficar basicamente por aqui, porque haverá uma 2ª sessão de Pauta, e eu espero que, até esse momento, o governo possa aportar elementos esclarecedores, porque, do jeito que está – eu vejo aqui vários assessores da Prefeitura –, o PLE nº 006/19 trata dos mesmos temas que o PLE nº 031/19. Como a mim coube a relatoria do PLE nº 006/19, está feito, vai à votação amanhã na Comissão de Constituição e Justiça, estou dentro do prazo hábil, já fiz, já entreguei hoje pela manhã, cedo, e agora nós estamos no período de Pauta com este debate aqui do PLE nº 031/19. Peço a atenção do governo, das suas assessorias. Talvez, seja lapso no primeiro, uma correção no segundo, mas isso deveria vir no texto. Nós já tivemos um caso em que veio um projeto para cá sem exposição de motivos. Não dá, não é? Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (10h17min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o PLE nº 022/19. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Bom dia, Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara. Este projeto, que autoriza a contratação de financiamento de R\$ 10 milhões via Caixa Econômica Federal, querido Ver. Aírto Ferronato, me parece ser muito meritório, tendo em vista que é um projeto de financiamento, e esse financiamento tem duas finalidades. Primeiro, Ver. Marcelo Sgarbossa, que atua muito na defesa do cicloativismo e tudo mais, ele visa a financiar, com cerca de R\$ 6 milhões, a construção de mais 20 quilômetros de ciclovias, Ver. Alvoní Medina. Isso nos parece importante do ponto de vista, Ver. Paulo Brum, da construção do novo modal de transporte da cidade, que, inclusive, tem um plano municipal cicloviário, que estabelece quase 500 quilômetros de ciclovias – logicamente, precisa de financiamento para isso. Temos já as contrapartidas das construções, que têm servido, Presidente Mônica, para incrementar as nossas ciclovias, Ver. Adeli, mas mais R\$ 6 milhões para isso creio que seja muito positivo. E os outros R\$ 4 milhões serão investidos na pesquisa origem/destino dos usuários de ônibus. Essa pesquisa, Ver. Eng^o Comassetto, foi uma exigência do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que, inclusive, estabelecia prazo para os municípios fazerem suas pesquisas. Porto Alegre acabou não tendo recursos para fazer a pesquisa origem/destino e não a realizou. Então, os R\$ 4 milhões desse financiamento são para realização dessa pesquisa. O que é a pesquisa origem/destino do transporte de ônibus? É uma pesquisa domiciliar que pergunta em cada residência quantos usuários do transporte coletivo de ônibus existem naquela residência e qual o destino diário de cada uma dessas pessoas. Isso é fundamental para que se tenha o montante da demanda de transporte por ônibus na cidade de Porto Alegre. Inclusive, conversando com o Rafael da Costa, diretor-geral de captação de recursos da Prefeitura de Porto Alegre, ele me informou que com as novas metodologias existentes é possível, inclusive, medir o destino final em Porto Alegre de quem se locomove da Região Metropolitana e também entender como se comportam esses passageiros, esses usuários da Região Metropolitana. Por derradeiro, perguntei para o Rafael se seria possível – o Ver. Moisés está trabalhando nesse tema –, juntamente nessa pesquisa, fazermos a identificação de qual a demanda que existiria na cidade do Centro para o Sul, ou do Sul para o Centro. E essa pesquisa poderá incluir a demanda por um transporte fluvial do Extremo-Sul e da região Sul da cidade para o Centro da cidade. Por que não temos ainda transporte fluvial na cidade? Porque não

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

sabemos a demanda existente, Ver. Cláudio Conceição. Essa pesquisa poderá, me disse o Rafael, inclusive, agregar essa possibilidade de levantamento de informações. Ao estabelecermos uma demanda existente, talvez até possamos pensar numa implantação de um outro modal na cidade que... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Para concluir, Presidente, para que se tenha a possibilidade de termos um estudo de demanda e talvez a implementação de um novo modal fluvial, como já temos o catamarã, que liga Porto Alegre a Guaíba, e que faz, inclusive, uma parada ali no BarraShoppingSul, quem sabe estendermos isso para a região sul e o Extremo-Sul da cidade.

Em nome da bancada do PTB, nós encaminhamos pela aprovação do financiamento para essas duas finalidades: a pesquisa origem/destino e também 20 quilômetros de ciclovias a mais na cidade de Porto Alegre. Obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 022/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Bom dia, senhoras e senhores, eu venho à tribuna fazer o encaminhamento do projeto para autorização do Executivo a contratar operação de crédito, na Caixa, no valor de R\$ 10 milhões para o Programa Mobilidade Urbana. Em sua, digamos assim, intenção, este projeto tem méritos. Sabemos que o modal de transporte por bicicletas está aumentando de forma significativa e deve continuar esse movimento. Nós acreditamos que, além de garantir a redução do número de veículos automotores nas ruas, o que não é bom para ninguém, nós precisamos que as pessoas possam ter as opções para se deslocar em relativa segurança de outras formas. O carro é um transporte muito, digamos assim, egoísta, porque, se nós pararmos em uma avenida de grande fluxo e observarmos o interior dos veículos, veremos que boa parte deles passa com apenas o condutor, e isso aumenta os congestionamentos, aumenta o tempo de deslocamento das pessoas que estão nas vias urbanas, além do que, obviamente, não ajuda na manutenção da saúde dos indivíduos. A bicicleta, quando possível, melhora a condição cardiovascular do usuário, melhora sua capacidade ventilatória pulmonar; ou seja, precisamos qualificar, dar segurança às ciclovias e trabalhar firmemente com educação no

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

trânsito. Isso falta muito na nossa cidade. Nesse sentido, um projeto como esse poderia estar aqui sendo bastante elogiado por mim, mas R\$ 4 milhões para uma pesquisa em um ano eleitoral, para mim, é muito preocupante. Nós temos a responsabilidade, como membros do Legislativo de Porto Alegre, de estarmos atentos que o pleito eleitoral se aproxima e que muitas, muitas intenções podem estar por trás dessa iniciativa. Os projetos e peças publicitárias muitas vezes são recursos utilizados para desvio de verbas públicas. Não estou acusando o governo de ter feito isso em algum momento, mas, como pessoas que têm responsabilidade com esta cidade, precisamos estar atentos, neste momento, para não permitirmos que outros caiam na tentação de utilizar R\$ 4 milhões de recursos da nossa cidade, R\$ 4 milhões dos cofres públicos que, muito provavelmente, serão pagos pela gestão seguinte, não por quem está no poder agora, para utilização sem critério e de forma vil em campanha eleitoral. Portanto, sobre a égide da responsabilidade que todos nós aqui, vereadores e vereadoras, temos com esta cidade, com a nossa Porto Alegre, precisamos estar atentos, e a bancada do PSOL não tem a menor intenção de passar cheques em branco para benefício de campanhas eleitorais de quem quer que seja. Portanto, o nosso voto a este projeto é “não”. O Ver. Marcelo Sgarbossa, do PT, fez uma emenda, suprimindo a pesquisa no rol de atividades pelas quais esses R\$ 10 milhões serviriam. Nós acreditamos que, mesmo aprovada esta emenda, há margem para gastos irresponsáveis do dinheiro público; portanto, não daremos endosso a essa atitude. O voto da bancada do PSOL é “não” a este projeto, embora acreditemos que precisamos investir em ciclovias e em outros modais de transporte mais saudáveis para a população.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 022/19.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Bom dia a todas e a todos. Retornamos nesta segunda-feira, Ver. Cecchim, para uma convocação extraordinária, voltando ao assunto que encerramos na semana passada sobre o empréstimo de R\$ 10 milhões. Lembro que a nossa bancada tem, de regra, sobre os empréstimos para as finalidades específicas – chegamos a votar contra um empréstimo por justamente não deixar claro a que serviria o pedido do prefeito – votado a favor do empréstimo. O Ver. Alex Fraga aqui levantou a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

questão, alguns vereadores já tentaram. Há uma emenda, de nossa autoria, que trata de suprimir a parte da pesquisa. Digo isso não porque somos contra a pesquisa, ao contrário, eu sei que estamos vivendo num período em que as pessoas não querem mais pesquisa, não querem estudo e pesquisa – parece que não fazem mais parte da evolução humana. Há quem diga que a Terra, inclusive, é plana, negando fatos que, digamos assim, são incontrovertidos. Então, nós aqui estamos defendendo, sim, o projeto.

Agora, eu gostaria de dizer, Ver. Cassio Trogildo, que voltou do exterior, subiu aqui, que nós estamos juntos na defesa deste projeto, que é um projeto do governo. Estamos juntos, porque entendemos que, realmente, as ciclovias e os estudos de origem e destino são situações importantes, sérias para o futuro da cidade. Mas eu, Ver. Cassio Trogildo, quero lembrar aqui que o senhor foi autor daquele projeto que retirava a vinculação das multas de trânsito e vinculava os recursos das ciclovias ao orçamento. Ou seja, hoje, justamente, faltam recursos para as ciclovias porque o senhor fez essa mudança, o senhor foi autor do projeto em 2014, depois a Prefeitura foi condenada por não aplicar os recursos da multa de trânsito. Inclusive, a Prefeitura deve até hoje, está cumprindo, eu acredito, a decisão judicial que condenou o Município por não aplicar os recursos das multas de trânsito, e nós alertávamos, naquele momento, que faltariam recursos para as ciclovias. Pois bem, faltaram. Agora, o governo submete aqui esse pedido de empréstimo. Então, somos favoráveis, Ver. Mauro Pinheiro. Quero lembrar aqui que o Plano Diretor Cicloviário prevê 400 quilômetros e foram feitos apenas 40 quilômetros – ou seja, não se fez nem 10% do que está previsto há 10 anos. Uma lei fruto de um estudo – debati aqui com o Ver. Nedel – feito, sim, por pessoas que pedalarão pela cidade, mapearam cada rua e avenida em que é possível ter uma ciclovia; logicamente, não são todas as ruas da cidade, mas são as principais, aquelas que interligam regiões da cidade onde há fluxo. Aliás, ali também foi feita uma análise especificamente dos ciclistas, onde havia mais demanda para as pessoas pedalar. Então, é um estudo feito há dez anos, é lógico que hoje as coisas mudam muito rapidamente, mas o fato é que nós temos um aumento no número de ciclistas na cidade.

Eu quero lembrar aqui de uma fala do cônsul da Holanda, Ver. Nedel, numa palestra na PUCRS – nós estávamos dividindo uma mesa – sobre mobilidade urbana. Eu sabia a resposta, mas fiz uma pergunta a ele. Eu perguntei a ele se na Holanda primeiro vieram os ciclistas ou primeiro as ciclovias. Ele respondeu: “Primeiro as ciclovias”. Os canais já estavam lá, mas as ciclovias na Holanda foram feitas depois que muitas mortes ocorreram

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

no trânsito. Um movimento de mães e pais que tiveram os seus filhos mortos levantou essa questão lá em 1950, 1960, e o governo realmente tomou a atitude e começou a fazer ciclovias. A partir daí, as pessoas se sentiram seguras e começaram a utilizar mais a bicicleta. Hoje, quase metade da população, ou mais da metade da população, cinquenta e poucos por cento, utiliza a bicicleta no dia a dia como transporte. Então todo e qualquer ataque aqui que se faz a recursos ou à própria construção de ciclovias está totalmente na contramão da história. Então, vamos votar a favor. A emenda fica como uma sugestão para o governo. Se achar que o projeto está em risco, aprovamos a emenda, por conta do estudo; se não, podemos, inclusive, derrubar a emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 022/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Ver. Cassio, eu ouvi muito bem a sua explanação, e a dúvida aqui não é quanto ao financiamento. Com isso, nós estamos de acordo; com a pesquisa, estamos de acordo; a dúvida é sobre onde implantar essas ciclovias para não fazer igual se fez. A EPTC agora não é culpada, mas o Plano Ciclovitário de Porto Alegre foi feito em cima da perna. Eu nem sei qual o governo que fez, se foi o meu, se foi o teu, se foi o do outro, mas o problema é o seguinte: não é possível ter uma ciclovia igual a essa que se tem na frente do Hospital Mãe de Deus; não é possível ter ciclovia como se tem lá na Nilo Peçanha. E eu estou vendo que estão implantando ciclovias em lugares que não tem como. Não para os motoristas, o problema é para o pobre do ciclista que se atreve a andar nas ciclovias de tão estreitas que são. Se ele abre o braço, o ônibus pega o ciclista. Então, nós temos que rediscutir melhor. Eu espero que esse financiamento sirva para se rediscutir as ciclovias aqui na cidade de Porto Alegre. Não é possível colocar ciclovias em avenidas em que é impossível andar de bicicleta. Tem que dar segurança para os ciclistas. O Marcelo tem uma missão, ele defende os ciclistas, todos nós queremos os ciclistas, nós todos os defendemos. Mas eu vou dar um exemplo, falei agora com a Ver.^a Comandante Nádia que na ciclovia da orla, tu passas a qualquer hora do dia sem ver um ciclista. Então, para que estão servindo as ciclovias? Para o lazer. Que bom que servem para o lazer, mas, no dia do lazer, a orla está fechada para

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

o trânsito. Nós temos que ter política de ciclovias, não encher a cidade de ciclovias inoperáveis, inseguras. Então, o problema não é o financiamento, eu vou aprovar o financiamento na esperança de que se discuta antes de ficar fazendo o traçado. Tem avenidas em que estão sendo feitas ciclovias nos dois lados, estão inviabilizando estacionar no lado direito e no lado esquerdo. Tem que ter um pouquinho de cabeça para fazer ciclovia com ida e vinda, pelo menos deixar um lado para estacionar. Não é possível encher de ciclovias, ou melhor, encher de traçados de ciclovias, quebrando os comerciantes que estão em frente e causando até acidentes. Então, eu vou votar para esse financiamento, mas quero deixar registrado que essa pesquisa sirva para saber se a população quer ou não a ciclovia. Se inventarem de colocar um risco de ciclovia na Av. Assis Brasil eu vou me deitar na avenida e não vou deixar passar, tamanho o absurdo. Estou dando o exemplo da Av. Assis Brasil, mas há outras avenidas sendo traçadas do mesmo jeito.

Volto a dizer, a culpa não é da direção atual da EPTC, mas de um plano mal feito no passado. Então, vamos rediscutir, não o financiamento, esse vou votar favoravelmente, mas quero deixar claro que vou me insurgir a cada vez que fizerem uma ciclovia em avenida que não dê para andar de bicicleta, porque não tem segurança ao ciclista. O ciclista quer uma ciclovia para poder andar seguro, por isso existem as ciclovias, agora, o que nós estamos fazendo na cidade de Porto Alegre é provocar acidentes ou colocar medo no ciclista que vê que não dá para andar, é impossível andar numa ciclovia pequena quando tem ônibus passando ao lado, por exemplo. Vamos privilegiar quem quer ter saúde, quem quer fazer exercício, mas em locais com segurança para quem quer fazer exercício, e não entregando para a população locais em que se corre risco de acidente e até risco de morte. Então, vou aprovar o projeto, mas que a pesquisa sirva para saber onde devemos e onde podemos fazer ciclovias e não sairmos riscando a cidade de ciclovias sem estudar o prejuízo que isso pode causar à população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 022/19, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Bom dia, colegas vereadores e vereadoras, Presidente Mônica. Venho aqui, com a anuência dos meus colegas vereadores da bancada

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

de oposição, fazer uma reflexão sobre este projeto e sobre a necessidade que existe. Qualquer cidade do mundo estuda, analisa a mobilidade urbana. Ver. Robaina, líder da oposição, gostaria de agradecer a oportunidade. Gostaria de dizer que Porto Alegre é uma cidade que está defasada no que diz respeito à mobilidade urbana. Porto Alegre ainda aposta o transporte público em cima do pneu, dos ônibus com energia fóssil, ou seja, a *diesel*. Nós precisamos renovar a mobilidade urbana de Porto Alegre. Esse recurso que o Município busca, R\$ 10 milhões, certamente, nesse estudo, tem que apresentar qual é a alternativa de outros modais. Por que não temos trem em Porto Alegre? Por que não temos trens elétricos em Porto Alegre? Por que não temos veículos leves sobre trilhos? Vamos pegar daqui até a UFRGS, por exemplo; já era para estar funcionando, em Porto Alegre, Paulinho Motorista, o tema de outros modais tecnológicos. Quando aponta aqui para o item do transporte não motorizado, Ver. Cecchim, no entendimento de que não é só a bicicleta, pois, hoje, há um conjunto de outros equipamentos, como os patinetes elétricos que aí estão... Bom, tem de ser tratado isso para dar segurança à população. Creio que esse estudo, proposto pelo governo, vem no sentido de nós termos alternativas.

Quero registrar, Ver. Mauro Pinheiro, a análise crítica que nós temos neste momento, porque a Prefeitura largou a gestão dos ônibus para as empresas fazerem. Hoje, Ver. Alex, tem uma falha no sistema de transporte lá da nossa região, no Extremo-Sul, por exemplo, Ver. Robaina, se tem o calendário dos ônibus programando que sai da restinga às 7h, 7h05min, 7h10min, 7h15min, as empresas falham os horários, computam isso como transporte executado, colocam no custo da passagem e a Prefeitura de Porto Alegre não fiscaliza isso. E é prejuízo para a população, que chega lá na parada de ônibus às 7h, o próximo ônibus é às 7h15min e não passa o próximo, passa o outro às 7h30min, então as paradas ficam entupidas de gente, os ônibus vêm lotados como sardinha em lata e esse custo da falha que houve, a Prefeitura não identifica, porque quem é que faz a fiscalização? As próprias empresas! Colocam como se fosse horário cheio. Então, esse estudo tem que mostrar a realidade da deficiência da mobilidade urbana pública hoje, Brum, na cidade de Porto Alegre. E agora nós estamos junto com isso, e eu acho que tem que vir num acordo aqui nosso, nós podemos apoiar esse projeto, mas tem que retirar o projeto que quer acabar com os cobradores na cidade de Porto Alegre, pois isso não favorece em nada a população, pelo contrário, vai demitir mais 3.600 chefes de família. Essa discussão é como um todo, não é uma discussão pontual, que descola um tema do outro. Então, esse recurso para

pág. 14

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

fazer os estudos, projeto de transporte ativo e também um plano de mobilidade para Porto Alegre, Ver. Conceição, não é só Porto Alegre, tem que ver como é que integra a região metropolitana. Porto Alegre não vive sem a região metropolitana. Então, faço aqui essas considerações... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Obrigado, Ver.^a Mônica. Faço, aqui, essas considerações em nome da oposição, e reitero que é necessário, sim, estudar a mobilidade urbana de Porto Alegre. Agora, isso também tem que vir aqui com um edital muito aprofundado, que busque a integração metropolitana, que aponte para novos modais, que reestruture o entendimento inclusive do cálculo e da planilha de custo do transporte coletivo de Porto Alegre, que é um cálculo viciado e que aponta inclusive para gorduras que não ficam no investimento da qualidade do transporte público. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 022/19.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sra. Presidente, vereadores e vereadoras, Ver. Cecchim, o senhor diz que vai aprovar o projeto para a gente poder refletir sobre os absurdos que tem neste plano cicloviário. Eu acho que V. Exa. Não deveria aprovar o projeto para então a gente refletir, porque refletir depois de feito, aí não tem mais jeito. Eu encaminhei, em novembro, um pedido de informações que até agora não me responderam, mas neste momento recebemos algumas informações básicas, e aí piorou a coisa, por que vejam os absurdos que temos aqui: vão fazer uma ciclovia na Av. Voluntários da Pátria, mas não falam nada sobre o investimento de alargar a rua. Ora, primeiro se faz o alargamento, depois vai fazer a ciclovia. Não! Não sei onde vai fazer a ciclovia com a rua do jeito que está. Aqui na Av. Augusto de Carvalho, a mesma coisa, temos que alargar primeiro e depois fazer a ciclovia. Não, querem fazer a ciclovia primeiro, está escrito aqui. Na Av. Nilo Peçanha, querem fazer da Av. Ijuí até a Av. Carlos Gomes, vão trancar todo o estacionamento da Praça da Encol. É uma vergonha! Agora o mais incrível: vão fazer uma ciclovia desde a Rua Irmão José Otão até a Av. Voluntários da Pátria pela Rua Barros Cassal. A Rua Barros Cassal é uma via de uma lomba impressionante, como vão fazer uma ciclovia? Quem vai andar naquela ciclovia lomba acima? São absurdos, dá vontade de rir.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

Realmente, rir. Eu moro junto ao Bairro Santa Cecília, e agora querem fazer uma ciclovia na Rua Santa Cecília, que não tem nem sete metros, que não tem nem 7 metros de largura, e tem uma parte alta, de lomba, mas querem fazer na Rua Santa Cecília. Mas, meu Deus, senhor Rafael, é piada o que estão dizendo aqui, escrevem, só não estão assinando, mas escreveram os absurdos que tem aqui. Olha, lá na Av. Goethe, fizeram aquele privilégio para os ônibus, muito bem, já trancou o trânsito, agora vão fazer uma ciclovia. É brincadeira! Falando em Goethe, há quantos anos está lá aquela uma quadra entre a Rua Castro Alves e a Rua Dona Laura, para ser alargada? Há 30 anos, e não é feito, é uma vergonha. O Ver. Comassetto veio aqui falar, por exemplo, da Av. Edgar Pires de Castro, que já falei aqui, que está pronto o projeto há 4 anos, e ninguém faz investimento. Olha aqui, olha outro, lá na Rua Santa Cecília, eu já falei. Na Rua Lopo Gonçalves, em toda via, vergonha, uma rua estreita; na Av. Mostardeiro, da Ramiro até a Florêncio Ygartua, trânsito já é trancado lá na Av. Mostardeiro, vão trancar mais ainda. Outra coisa, vão fazer ciclovia lá na Vila Farrapos, onde as ruas são extremamente estreitas, não passam dois carros um pelo outro, lá na Rua Bambas da Orgia vão fazer ciclovia. E aí, olhem, pasmem, para encerrar, no Centro, atenção senhores, Ver. Cecchim, Ver. Cassio Trogildo, ciclovia na Rua Duque de Caxias, na Rua Demétrio Ribeiro, na Rua Fernando Machado, na Rua Washington Luiz, brincadeira, mas brincadeira de fazer rir! Portanto, encaminho contra esse... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 022/19.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PL): Saudando a todos, quero comunicar a minha filiação à bancada do Partido Liberal aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, bancada que seguramente, antes da eleição, irá crescer, terá dois ou três vereadores antes do pleito futuro, uma bancada que se organiza pelo bem comum, pela liberdade econômica, pela economia de mercado. Fazendo este anúncio, Sra. Presidente, quero comentar este projeto de lei que agora vem; eu não entendo alguém ser contra investir em pesquisa! Eu não entendo! Ver. Nedel, as ciclovias de Porto Alegre são uma lambança, um improviso, um horror, e nós temos aí um novo secretário de “imobilidade” urbana, um tranca-ruas, esse

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

incompetente que foi trazido não sei de onde, que não conhece Porto Alegre. Basta ver, Ver. Nedel, o que foi feito ali na Av. Edvaldo Pereira Paiva, um horror, uma vergonha! Olha o espaço que nós temos ali na orla, um espaço gigantesco, abundante, o homem tirou uma faixa de carros! Não bastasse, Ver. Oliboni, sábado passado estava tendo um *show* no Beira-Rio, o tranca-ruas, o secretário, trançou as duas faixas da Edvaldo Pereira Paiva. Nós passamos uma hora para atravessar a Av. Padre Cacique, ali na frente do Internacional, cerca de 400 metros. Uma vergonha! O trânsito de Porto Alegre está entregue às traças. Antes fosse às traças, mas está entregue nas mãos de um incompetente, um despreparado, que não conhece a cidade, e a mobilidade urbana de Porto Alegre está cada vez pior. O que este projeto propõe, colegas vereadores, é estudar a viabilidade das ciclovias, e eu acredito, colega Mauro Pinheiro, líder do governo, no princípio de subsidiariedade, que a vida das pessoas deve estar nas regiões.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PL): O PT trouxe um mineiro; é o hábito de Porto Alegre, então, não confiar nos porto-alegrenses. Como eu estava dizendo, eu acredito no princípio de subsidiariedade, que a vida tem que estar no território, colegas vereadores, e essa pesquisa propõe entender, de caso a caso, o roteiro que as pessoas fazem para poder viabilizar a descentralidade da vida urbana para poder viabilizar a vida nas regiões. Os chineses já descobriram isto há décadas: a qualidade de vida aumenta quando diminui o tempo de transporte para o trabalho. É essa a intenção. Agora, o nosso secretário tranca-ruas, esse incompetente que está cuidando do trânsito de Porto Alegre... Eu concordo com o senhor, Ver. João Carlos Nedel, essa lista de futuras ou prováveis ciclovias é algo desesperador. Parecia que o Ver. Nedel estava lendo o roteiro de um filme de terror. Por que as ciclovias que vão ser construídas não podem ser em vias laterais, paralelas? Por que têm que ser nas grandes avenidas, por onde passa o transporte público e por onde os carros se deslocam? Então, que essa pesquisa seja bem-feita. Eu vou encaminhar favorável, porque eu acho que Porto Alegre tem que parar com o improvisado; o trânsito de Porto Alegre tem que parar de nos envergonhar. As autoridades de trânsito de Porto Alegre têm que parar de nos constranger como vereadores e como cidadãos da cidade. Passem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

na Av. Icaraí, senhores, e vejam uma tripa de meio metro que eles chamam de ciclovía! Um lixo, uma vergonha!

Eu vou encaminhar favorável porque acredito que o trânsito pode melhorar, sim, com as ciclovias, desde que não se estrangule o tráfego da cidade. Infelizmente, foi projetado para os carros, e nós não temos uma opção de transporte que atenda toda a cidade. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 022/19, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias, este projeto, na verdade, é encaminhado pela Secretaria de Planejamento para autorização do nosso Legislativo, para que o Executivo possa receber um financiamento de R\$ 10 milhões. Esse financiamento é da Caixa Econômica Federal, com 4 anos de carência e 20 anos para pagar, uma contrapartida muito pequena. Esse valor é justamente para corrigir. Eu entendo que alguns vereadores têm algumas dificuldades com a construção de ciclovias, que várias ciclovias foram construídas em Porto Alegre, Ver. Professor Wambert, Ver. Ricardo Gomes, muitas vezes, na ânsia, já, de governos passados, de fazer ciclovias – ciclofaixas, ciclovias – sem um estudo prévio e, muitas vezes, não ligando nada a lugar algum. Ciclovias, porque precisavam fazer e queriam dar uma resposta com a construção de ciclovias. Então, é justamente por isso que está se buscando esse financiamento para que se possa, através desses recursos, desses R\$ 10 milhões – boa parte, quase 50% desse recurso, para pesquisas - para que o governo possa ver exatamente quais as ciclovias que foram construídas e que não deveriam ter sido construídas, as ciclovias que devem ser construídas e onde devem ser construídas, pegando a origem e o destino do cidadão. Se eu não sei para aonde o cidadão vai, não tenho como construir um equipamento que possa ser útil como transporte, não como lazer. Então, para que possamos fazer ciclovias que, realmente, vão ajudar, principalmente, o trabalhador a chegar, saindo da sua origem, chegando num destino correto, nós precisamos saber de onde ele sai, para aonde ele vai e quais são os locais onde é necessário fazer essas ciclovias e que menos vão atrapalhar

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

o trânsito e que vão, de forma clara, resolver o problema da população. Portanto, esses recursos dessas pesquisas são essenciais para que ciclovias possam ser feitas nos locais corretos e, talvez, que algumas ciclovias, como o Ver. Nedel fala, que estão incorretas, possam ser corrigidas, mas para isto precisamos ter recursos – para fazer a pesquisa e recursos para executar as obras posteriormente. Além disso, nós temos uma grande dificuldade com o nosso transporte coletivo na cidade de Porto Alegre e nós precisamos ver o destino e a origem dessas pessoas para poder melhorar o nosso transporte coletivo, saber onde realmente precisamos fazer as modificações necessárias. E também, é uma intenção do governo, que nós todos aqui, vereadores, acho que concordamos, que nós precisamos ver qual a situação, de como fazer a integração do transporte coletivo de Porto Alegre com a Região Metropolitana. Por que não fazer a integração com Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí, onde nós sabemos que vários dos ônibus saem da sua origem, Alvorada, circulam pela Av. Assis Brasil, competindo, de certa forma, com os ônibus de Porto Alegre, ocupando espaço, dificultando o trânsito, aumentando o número de ônibus e, por que não, uma pesquisa em que nós possamos integrar esses ônibus para dar mais agilidade, mais conforto, mais rapidez, mais fluxo ao transporte coletivo e, também, ao transporte por carro, porque, ao se melhorar o transporte coletivo, certamente teremos melhores condições para andar com os nossos carros pelas vias de Porto Alegre. Portanto, esse financiamento é muito importante para que nós possamos corrigir os problemas das ciclovias de Porto Alegre. Nós não podemos desfazer ou fazer ciclovias sem um estudo prévio de onde, realmente, precisamos fazer as ciclovias. Por isso peço, mais uma vez, o crédito dos vereadores, para que possamos aprovar esse financiamento e, dessa forma, melhorar o transporte na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sra. Presidente, durante das discussões, eu ouvi que agora passou a ser mais importante a pesquisa do que a construção das ciclovias. Eu acho que nós poderíamos construir com o governo, Ver. Mauro Pinheiro, que não se permita a execução de mais nenhuma ciclovia antes que esteja pronta a pesquisa, para parar com esses absurdos que estão acontecendo na cidade. Como não dá mais para fazer emenda, nós poderíamos fazer esse acordo com o governo, com a EPTC de não executar mais

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

nenhuma ciclovia antes que essa pesquisa seja realizada, porque a população não aguenta mais.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Idenir Cecchim.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 022/19. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidenta Mônica, eu sou contra essa emenda apesar de ser o autor. Por quê? Porque alguns vereadores subiram à tribuna dizendo que eram contra a pesquisa. Para salvar o restante do projeto, eu fiz a emenda, eu tive que fazer a emenda justamente porque sou a favor do projeto, a favor das ciclovias e dos estudos, inclusive. Então eu votarei contra essa emenda e espero que nós tenhamos votos para derrubar a emenda, para aprovar o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes, a Emenda nº 01 ao PLE nº 022/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

REJEITADA por 2 votos **SIM**; 30 votos **NÃO**.

Em votação o PLE nº 022/19. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Mônica. Bom dia para os colegas vereadores, para o público que está aqui hoje conosco e também para o que nos assiste pela TVCâmara. Gostaria de encaminhar este projeto à luz do que eu já tinha feito de encaminhamentos em outros projetos de mesmo teor. Fui a favor de diversos financiamentos, num primeiro momento, nas diversas áreas da Prefeitura, por entender que, sim, existia uma importância disso. Nós conseguimos, num esforço de ajuste fiscal Prefeitura e Câmara ajudando na aprovação dos projetos, termos viabilidade para captar financiamentos, mas, ultimamente, nós tivemos uma série de novos pedidos de autorização de financiamentos sem ter a devida informação que tem sido reiteradamente pedida para a Secretaria da Fazenda. Lembro de que já foram mais de duas ou três sessões em que o secretário Busatto estava presente aqui, falei diretamente a ele, de que carecemos,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

enquanto vereadores, de uma projeção de como é que se dará o impacto no fluxo de caixa com esses novos financiamentos aprovados, para que nós tenhamos uma noção de qual é o nível de comprometimento da receita corrente líquida que está sendo feito com base nesses financiamentos que estão sendo autorizados. Eu até entendo a questão de que muitos deles não foram contratados e que isso vai fazer com que essa taxa de juros, por exemplo, ou o prazo de pagamentos possam ser alterados, mas algum tipo de estimativa é importante se dar para os vereadores para que eu possa ter mais segurança na hora de votar esses projetos. Eu acho que são relevantes, acho que assim como os demais que nós aprovamos, são projetos meritórios, têm a sua importância, mas que enquanto fiscalizador, que é um dos papéis do vereador aqui na Câmara Municipal, especialmente eu que já fui, durante três anos, da Comissão de Finanças e Orçamento e tenho acompanhado a pauta fiscal de perto, é importante que a gente tenha acesso a esses dados, tenha mais informação sobre esses projetos, para que a gente possa dar nosso aval, por isso não me considero apto a continuar dando o meu voto de apoio a novas autorizações de financiamento. Acho, nesse sentido, que estou no escuro para votar e por isso eu não estou encaminhando mais favorável esse tipo de pedido de financiamento. Então, novamente encaminho, assim como fiz nos últimos, pela rejeição, e faço meu voto contrário a este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 022/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

(O Ver. Paulinho Motorista assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): Em discussão PLL nº 189/18. (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia, colegas, vereadores e vereadoras. Este é um projeto muito simples, o PLL nº 189 diz que as empenas cegas são parede laterais dos prédios sem janelas. É importante que fique bem claro que não atrapalha em nada os

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

moradores, a vizinhança. O PLL nº 189 diz que essas pareces, conhecidas por empenas cegas, possam ter equipamentos modernos, eletrônicos, como existe no mundo inteiro – inclusive tenho aqui fotografias dessas propagandas eletrônicas na cidade de Porto Alegre e também no mundo inteiro. Às vezes eu escuto alguém falar em cidade sem propaganda, sem material eletrônico – basta nós viajarmos pelo exterior, Milão, Nova Iorque, por vários locais, que nós vamos nos deparar com esta propaganda *on-line*, com essa propaganda eletrônica. O PLL nº 189 diz que esses equipamentos, as mídias em empenas, têm que manter entre si a distância de 160 metros, quando implantados no mesmo sentido do fluxo; também tem que ter laudo de trânsito para testar a segurança ao trânsito. Eu sou uma vereadora que, ao longo da minha vida, trabalha na questão de segurança, preventiva e punitiva. Aqui eu estou tratando de segurança preventiva no momento em que eu estou preocupada com essa distância de 160 metros quadrados implantados, quando estou preocupada em trazer esses laudos de trânsito para testar a segurança ao trânsito, eu estou trabalhando numa segurança preventiva para os cidadãos porto-alegrenses. A cada três anúncios, desses eletrônicos, deve haver um anúncio de utilidade pública, por exemplo, informações de trânsito, informação do tempo. Enfim, essas questões são extremamente importantes para a população, que está ali e quer informações de utilidade pública. Tudo isso é trazido no meu PL, ou seja, garante segurança ao trânsito, utilidade pública e modernidade por trazer eletrônicos nas empenas, além de garantir esse distanciamento de 160 metros entre esse tipo de mídia. Para painéis de até 30 metros quadrados, a distância mínima é de 80 metros quadrados quando está no mesmo sentido do fluxo da rua. Ou seja, senhores e senhoras, essa é uma propaganda utilizada no mundo inteiro. Eu fico um pouco preocupada quando eu vejo alguém falar sobre cidade limpa, vamos limpar a cidade. A cidade limpa é não ter lixo na rua. Se nós vamos falar em cidade limpa, a fiação de Porto Alegre é o quadro da loucura sem moldura. Essas propagandas *on-line*, essa mídia eletrônica tem, sim, um efeito muito importante. Elas têm utilidade pública, elas promovem trabalho, emprego, enfim, segurança pela iluminação, ou seja, para os equipamentos em questão, as empenas, a proposta é que a distância seja o dobro, na lei atual não tem isso, assim essa está cuidando de haver excesso de mídia, garantido harmonia na paisagem urbana. O meu projeto tem como objetivo deixar claro, isso que já existe, mas que é muito confuso e que, muitas vezes, a gente vê dificuldades dentro da SMAM para aprovação quando é solicitado essa propaganda já tão conhecida no mundo inteiro. Peço aos colegas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

vereadores e vereadoras a aprovação deste projeto que é de grande utilidade pública, além de promover empregos nesse setor, em várias áreas também, em segurança. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 189/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Ver. Paulinho Motorista, na presidência dos trabalhos nesta manhã, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu vou tentar, em primeiro lugar, elucidar uma confusão que existe entre a Lei nº 8.279/99, que é a lei da publicidade externa, ao ar livre, e o mobiliário urbano, que teve uma construção coletiva a partir de uma Comissão Especial desta Casa, onde os vereadores aprovaram uma nova legislação acompanhada pelo governo municipal. Em todas as reuniões houve a presença da Secretaria de Parcerias Estratégicas, da SMAMS e da EPTC. Nós queremos uma cidade regrada. O projeto da Ver.^a Mônica é claro e objetivo, é preferível que uma empena cega tenha uma projeção em LED, seja toda luminosa, numa fachada, do que apenas colocar - o que já é permitido - uma publicidade, que muitas vezes tem o gasto do objeto sobre o qual se faz a pintura, a exposição da propaganda. A Ver.^a Mônica já explicou as distâncias e eu não vou tratar disso. Eu sei que o governo milita aqui nesta Casa contra o projeto, porque tem um projeto do Executivo que tem um único objetivo: monopólio total e absoluto da publicidade em Porto Alegre na mão de multinacional. É claro, é objetivo. Nós não queremos que se coloquem grandes *outdoors* atrás de uma parada de ônibus liberada com mobiliário urbano. Primeiro, haveria pouco interesse, me parece, das empresas, mas sempre pode ter. Nós vamos discutir porque nós propusemos, na lei do mobiliário urbano, rever a Lei nº 8.279, rever. Eu rendo aqui homenagens à Lei nº 8.279 que foi basicamente elaborada pelo recém falecido Clóvis Ilgenfritz da Silva, minhas homenagens a ele. O Garcia legislou várias vezes sobre esse tema. Na bancada do MDB, o Ver. Garcia sempre trouxe essa questão.

Eu quero dizer que hoje, sem contrapartidas específicas exigidas, há empresas, não todas, mas eu já vi algumas darem contrapartida. Telefone da Brigada Militar - Oliboni, Sgarbossa, Comassetto, meus colegas de bancada -, campanhas educativas "Neste sábado, vacine o seu filho", eu tenho certeza de que chegaremos a um denominador comum sobre essa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

questão. Agora, banir a publicidade ao ar livre como quer o governo em outro projeto, sem a verdadeira discussão, não. Digo mais, do mobiliário urbano aprovado, até o momento só foi liberada uma atividade, a dos relógios. E eu pergunto, Sgarbossa, 180 relógios? A publicidade nos relógios vai custar caro, no primeiro momento, as pessoas vão pagar. Mas se surgir qualquer outra publicidade ao ar livre monopoliza tudo na Clear Channel, é simples assim. Ou seja, nós somos contra as empresas de Porto Alegre, do Estado? Parece. Tudo leva a crer que o prefeito, tal qual o Kassab mandou fazer, quer fazer aqui igual. Não, gente, está errado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 189/18.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Bom dia ao Presidente dos trabalhos da Casa, colega Ver. Paulinho Motorista, a todos os vereadores que estão aqui, quem nos acompanha nas galerias. Depois de ouvir o colega, o Ver. Adeli, do PT, não posso deixar de fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, estive, recentemente, fazendo um debate e sei que, inclusive, o Leonardo, aqui presente nas galerias, vimos fazendo um debate sobre este projeto. O Leonardo que representa uma associação e, também, as empresas que fazem esse trabalho. Eu quero rebater várias coisas que o Ver. Adeli disse. Em primeiro lugar, não existe essa história de monopólio. Se no início da discussão querem dividir o assunto do mobiliário urbano para este projeto, não adianta, depois, no meio da conversa, misturar de novo, Ver. Oliboni. Se é para dividir, vamos dividir; se é para misturar, vamos misturar. Não existe monopólio. Por que não existe monopólio? Porque, na realidade, vamos ter ainda processos públicos de participação para aquelas placas de esquinas, aquelas placas das quais todos nós recebemos as reclamações dos moradores, pois não existem mais os nomes nas ruas. Então, ainda terão vários momentos em que as empresas de publicidade poderão participar, habilitar-se para fazer a sua propaganda. Então, não existe esse monopólio, isso é, desculpem, jogar as palavras ao vento e tentar induzir as pessoas a votar como alguém quer. Segundo, eu sou contra a poluição visual, eu sou contra, mas sou muito mais, porque sou a favor do projeto Cidade Limpa. Então, não existe algo obscuro nesse posicionamento, já deixei claro isso, como a democracia

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

permite, inclusive para o pessoal no debate. Eu desejo, sim, maior investimento no mobiliário urbano e acho, acredito que, se nós tivermos, por exemplo, prédios sem delimitar área, sem nada, prédios liberados para fazer propaganda, pagando a mesma taxa de licenciamento do que uma propagando de 2x2 numa parada de ônibus, como que as empresas vão investir nas paradas de ônibus? Se vão, proporcionalmente, pagar bem menos se forem pegar uma propaganda gigantesca. Tem relação, o assunto tem relação. Eu vou votar contra, porque sou a favor do projeto Cidade Limpa. Eu sou a favor de que se retirem esses *outdoors* de papel. Eu sou contra que se tenham esses *outdoors*, inclusive, envelopados juntos, o que é proibido. Eu sou contra que tenham *outdoors* irregulares, como existem às centenas na cidade. Isso é uma questão de posicionamento, eu não vou ficar quieto aqui, Ver. Ricardo, sendo rotulado, como se eu fosse votar contra por algum outro motivo. Eu sou a favor, transparentemente, do projeto Cidade Limpa. E acho que São Paulo fez um grande trabalho, na época do Kassab, que não é do meu partido, e os resultados estão se dando hoje.

Acho que a nossa cidade é poluída visualmente, eu acho que a gente pode discutir regiões para serem feitas as publicidades, como nós vemos por outras cidades, mundo afora, como foi dito aqui, mas regularizar as coisas, assim, poluindo visualmente... Eu vejo que tem uma emenda ali, que inclusive não posso deixar de citar, que fala sobre, de tempos em tempos, colocar ali data e hora. Gente, e aí como que nós vamos atrair a atenção para as paradas, para as bancas de jornal, para os relógios? A gente vai a Portugal, a gente vai à Europa, a gente sabe que tem áreas para se fazer isso. Eu, particularmente, estou encaminhando contra aqui porque eu participei do debate e sei que não existe esse papo de monopólio, isso é história, isso é para induzir os votos. Agora, quero deixar registrado que sou a favor, sim, do investimento maior no mobiliário urbano, por isso votarei contra a proposta porque vejo que nós temos em pauta para votar, logo em seguida, com a ajuda dos senhores e das senhoras, o projeto Cidade Limpa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): Apregoo Emenda nº 02 ao PLL nº 189/18, de autoria dos vereadores Mendes Ribeiro e Ricardo Gomes.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 189/18.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sr. Presidente, Ver. Paulinho motorista; cumprimentando V. Exa., cumprimento as demais senhoras vereadoras e senhores vereadores, em especial a representação do Sindicato dos Rodoviários, que acompanha a nossa sessão, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores, venho me manifestar a respeito dessa iniciativa da Ver.^a Mônica Leal. Quero cumprimentar V. Exa., vereadora, por esse projeto de lei moderno, inclusive se percebem movimentos de grandes grafiteiros, hoje, nas grandes capitais do mundo, colocando arte nos paredões dos prédios. Eu acho que tudo aquilo que puder proporcionar renda de maneira organizada, aliviar os custos de condomínio... A gente que vem do setor imobiliário sabe que o condomínio onera muito na prestação, tanto do proprietário como do inquilino que paga a locação, para conserto de fachadas. Nós temos inclusive aqui, Ver. Luciano Marcantônio, presidente da nossa subcomissão que trata dos prédios abandonados, e de maneira inteligente temos também maneiras de combater essa situação dos prédios abandonados em Porto Alegre através do investimento em publicidade, que é um investimento legal, desde que regrado, conforme prevê de maneira inteligente, a Ver.^a Mônica Leal coloca metragens, tamanhos, distância, afastamento com vista aos cuidados para que não se promova uma poluição visual. Isso, de maneira organizada, é algo importante para a cidade. Como eu falei, isso gera emprego e renda desde o cidadão que faz a arte, do que imprime a lona, do que vai lá colocar, do que sobre na escada, enfim, dos ferros, das ferragens... Então quero me somar àqueles que vieram nesta tribuna para defender o projeto de vossa iniciativa e nos somarmos à ideia de que isso é algo bom que pode transformar, que pode melhorar a estrutura de muitos prédios e condomínios que hoje estão em situação difícil até para dar manutenção de pintura, enfim... A gente sabe, hoje a crise é geral, as pessoas estão sem emprego, sem oportunidades, e às vezes, num movimento assim, a gente está gerando oportunidades para um determinado segmento, um setor da sociedade. Então quero cumprimentar V. Exa., e sei que existe aqui um movimento e um entendimento de outras agremiações da sociedade que são contra até o outdoor, que são a favor do fim do outdoor, mas quero me manifestar contrário a essas iniciativas e dizer eu sou a favor, sim, do outdoor. Tem outdoor no mundo inteiro, por que Porto Alegre vai dizer que não quer outdoor? Claro que não pode ser irregular ou clandestino, colocado à facção, como diria um termo aqui mais didático, mas de maneira ordeira, organizada, o outdoor tem lá o material gráfico que tem que rodar, é a tinta, é o pessoal que vai lá colocar, é a gasolina do carro. A

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

gente está gerando emprego e renda para a cidade, pagando imposto, ajudando Porto Alegre a se organizar. Então quero me manifestar aqui, acho que, sim, vereadora, vai ficar bonito colocar propaganda nos prédios, iluminado, moderniza a cidade. A gente entra em Porto Alegre, aquele nosso centro cinza, um centro feio, vamos colocar uma propaganda bonita, colorida, organizada. Meus cumprimentos, somos a favor do projeto, a favor da iniciativa, não tem nada de poluição visual. Poluição visual é um monte de propaganda irregular mesmo, sem organização, sem metragem, sem respeitar afastamentos, enfim. De maneira organizada, eu tenho certeza, que até para combater os prédios abandonados, Ver. Marcantônio, nós vamos ter aí uma ferramenta legal, organizada, disciplinada, que vai não só gerar emprego e renda, como oportunidades para pessoas que talvez hoje estejam numa faixa de desemprego, e vai nos ajudar, sim, a embelezar a nossa cidade. Portanto a nossa manifestação é a favor do projeto. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 189/18.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o pronunciamento do Ver. Márcio Bins Ely torna praticamente despiciente uma manifestação nossa. V. Exa. foi muito feliz, Ver. Márcio, na sua argumentação. Eu quero tão somente assinalar o seguinte: são problemas conceituais. Há muito tempo, eu tive, Ver. Ricardo, que decidir entre o proibido e o permitido. E, definitivamente, fixei posição contrário ao proibir indistintamente, e me botei a favor do permitido com regularização. Acho que isso é conceitual. Eu hoje, honestamente, não posso mudar de posição, porque não devo mudar de posição, ela está correta. É o equilíbrio. Eu vejo no projeto que está proposto esse equilíbrio ao qual eu estou me referindo, porque permitir, hoje já é permitido, só não é reconhecido por determinados segmentos da administração municipal, e agora, com toda a clareza, está se elucidando isso. Então, se não for aprovado este projeto, vai continuar permitido sem a regulação que ele traz aqui – que estabelece, por exemplo, que o distanciamento de um veículo de divulgação para outro tem que ficar, no mínimo, a 180 metros ou 160 metros de distância, quando estiverem na mesma linha.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

Obviamente – e o Ver. Mendes Ribeiro me alertou sobre um determinado aspecto – tem uma permissão que é colocada aqui, que deve ser restringida, quando coloca que, obrigatoriamente, nesses elementos, 1/3 da sua divulgação será utilizada para divulgação de interesse público, e dá como exemplo, entre outros, a hora e o dia, coisa que já está reservada em outro projeto do governo, dos chamados relógios de rua. O Ver. Mendes Ribeiro, inteligentemente, retira isso que poderia ser uma dificuldade para a aprovação; resta o que tem de positivo no projeto, e eu quero deixar muito claro: eu não teria dúvida nenhuma em me opor a ele se entendesse que ele não consultasse a objetivos tão honestos, tão corretos, como está sendo proposto. Não vai se permitir a Deus dar, não! Vai se regular aquilo que hoje está, na opinião de alguns, mal regulado ou pendente de uma regulamentação do Executivo, e nós entendemos que o Legislativo pode regular – e até de certa forma melhor do que o Executivo –, então vai ser permitido, sim, mas dentro de regra perfeitamente estabelecida. Regra simples, mas perfeitamente colocada: 160 metros; não são 80, não são 30, são 160 metros. É no painel do mesmo sentido? No painel do mesmo sentido. As autoridades de trânsito têm que examinar a conveniência ou não, Ver. Cecchim? É obrigado também a se ouvir isso. É a boa regulação, Ver. Ricardo, V. Exa., que tem comigo uma sintonia muito ampla de posições ideológicas. O que eu quero é um país onde as leis, fruto das decisões legislativas, regulem com eficiência e obstem a necessidade dos decretos, que, muitas vezes, não consultam o interesse público como deveriam consultar. No caso concreto, é para esclarecer, é para permitir que, ao invés de a cidade ser suja por pichações indevidas das paredes, ali tenha um painel com uma propaganda, como disse o colega, devidamente preparada, devidamente estabelecida. É pela boa regulação que eu vou votar a favor do projeto com muita satisfação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 189/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Ver. Paulinho Motorista, que preside a sessão, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero fazer uma discussão aqui discordando, mas em alto nível, do Ver. Moisés Barboza. Temos, neste caso, uma visão diferente – de novo, em alto nível, amigos que somos – com relação a este projeto. Primeiro, me parece o seguinte, e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

aí me refiro a intenções de cidade limpa, entre aspas: para valorizar o mobiliário urbano, proibir que um cidadão ou um prédio privado se valha da sua fachada para vender publicidade nada mais é do que expropriar o cidadão do direito de anunciar para que apenas a Prefeitura Municipal se locuplete da exploração dos seus espaços. É uma lógica pervertida. A família que tem um pequeno negócio, que, no seu terreno, no seu pequeno negócio, tem um *outdoor*, não poderá tê-lo. Por quê? Porque a Prefeitura quer vender essa publicidade no seu espaço.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu louvo a sua explanação. Eu não tinha analisado sob esse viés, eu acho que é um viés correto. Que o senhor continue militando nessa linha, porque eu acho que pode trazer alguma luz para algumas pessoas.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado, Ver. Adeli. Esses projetos de cidade limpa nada mais são do que expropriar o direito da família que tem um pequeno negócio de botar no seu terreno um *outdoor*, um *frontlight* ou qualquer outra espécie, porque a Prefeitura quer só ela ser a proprietária de todos os espaços de anúncio da cidade. Mais do que isso, esse é um mercado de publicidade que tem empresas que atuam, que geram emprego, que produzem os painéis, seja através de agência ou não. Até acho que o proprietário poderia explorar diretamente sem agência. Sim ou não, depende do proprietário, que ele tenha liberdade de fazê-lo. Prefiro um prédio com a fachada com um anúncio luminoso a um prédio com a fachada pichada, mal pintada, caindo aos pedaços. Isso ajuda na indústria da publicidade, ajuda o comércio, porque tem os seus produtos anunciados, ajuda quem produz esses painéis e ajuda os condomínios e os cidadãos que vão ter ali uma renda, porque, às vezes, ajuda a diminuir uma taxa condominial ou, num pequeno negócio, ajuda a fazer frente a uma despesa. Há pessoas que vivem deste comércio, de espaços de publicidade. Por que proibir, por que evitar? Viajo bastante, eu viajo bastante – já foi até comentado, aqui na Casa, que eu viajo muito. Conheço várias cidades do mundo, prefiro espaços como o Piccadilly Circus em Londres e a Times Square em Nova Iorque, iluminados e ricos, a espaços como são as ruas de Porto Alegre: escuras e pobres. É melhor! E, para falar de limpeza, de ambiente urbano, de poluição visual, o que polui o visual de Porto Alegre são os fios pendurados nos postes, que nós já cansamos de aprovar

pág. 29

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

legislação aqui, ordenando que os fios que não são usados sejam retirados, e a Prefeitura precisa fiscalizar, fazer o seu trabalho e notificar as empresas para retirarem os cabos que não são utilizados. O que mais polui o visual em Porto Alegre? Quem olha uma rua vê um mosaico de buracos tapados de asfalto e buracos não tapados – isso prejudica o visual da cidade. O que mais? As calçadas quebradas, cada uma de um jeito – isso prejudica o visual da cidade. Então, se é para endereçar a questão da poluição visual, que nós endereçamos de uma maneira que não prejudique a renda, o emprego, o comércio e o mercado da cidade. Que não exproprie o cidadão para que a Prefeitura, só ela, possa explorar a publicidade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 189/18.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Ver. Paulinho, na presidência desta plenária, vereadoras e vereadores, está em discussão o projeto que inclui tela em fachada, luminosa ou iluminada, no rol de elementos de comunicação visual, da nossa Presidente Mônica. Mesmo não falando tanto ultimamente em meio ambiente, eu continuo na mesma linha de 20 anos atrás, defendendo o meio ambiente, porque meu pai já era ecologista, e assim eu fui criada, mesmo não apoiando a ideologização do meio ambiente. Poluição visual é do que nós estamos tratando neste projeto, muitas falas me antecederam. Esse tipo de projeto se enquadra na poluição moderna dos grandes centros urbanos. A poluição visual, com excesso de elementos espalhados, causa uma série de consequências. Pode ser em anúncios, propagandas, placas, postes, fios elétricos, lixo, torres de fios telefônicos, entre outros – tudo isso tratamos como poluição visual. Ainda degrada os centros urbanos pela não coerência, por falta de harmonia nos anúncios, em logotipos.

Não se fala na fiscalização. Quem vai fiscalizar? Não se fala em aumento de recursos humanos para fiscalização. Nos últimos anos, me parece que a fiscalização vai ficando meio de lado, porque uma alteração dessas precisa de tecnologia e fiscalização – tecnologia para não aumentar o número de recursos humanos. Eu posso, seguindo essa linha, comparar a modernidade que é hoje o uso da internet: quando se utilizam letras maiúsculas, significa um grito, está se chamando atenção. E gritar não é um

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

comportamento que busque otimizar resultados, conquistar consumidores. Hoje há uma conscientização maior, fala-se mais em cidade limpa, tanto que São Paulo fez uma limpa em certos tipos de propaganda, e hoje pode-se ver mais a arquitetura, os próprios prédios comerciais que estão utilizando novas técnicas para promover a sua propaganda. Então, o empreendedor hoje não faz mais uma poluição visual para chamar a atenção para os seus produtos, tem várias outras estratégias. E ainda falando em saúde, claro que é ótimo visitar uma cidade como Las Vegas ou passar a entrada do novo ano na Times Square – lá são luminosos centralizados. Las Vegas é uma cidade para turismo, mas conviver, diariamente, com aquela poluição luminosa, acredito que, pelos estudos que li, também causa impacto nas emoções do indivíduo, gerando um estresse inconsciente, porque a pessoa não sabe o que a está incomodando. Também exemplifico com esses *outdoors* que se encontram na estrada para o litoral, que possuem uma metragem imensa, que até irrita, porque a pessoa está dirigindo e eles chamam a atenção. Muitas vezes isso distrai o indivíduo, e é uma propaganda que pode ter alguns resultados positivos, mas acredito que, para quem está mais consciente, é uma propaganda negativa. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes e do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLL nº 189/18.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLL nº 189/18.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 189/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Paulinho Motorista, vereador que hoje está presidindo esta importante sessão; senhoras e senhores vereadores; empresários do sistema publicitário ao ar livre; Ver.^a Mônica, o seu projeto é para regulamentar uma coisa que já existe, parece-me que quer estabelecer isso. Eu, talvez, tenha sido o pioneiro aqui na Câmara em apresentar um projeto – não o Cidade Limpa, o meu era *outdoor* zero, esse era o meu projeto. Como surgiram outros projetos, inclusive o da Prefeitura, que é Cidade Limpa, eu tirei o pé do meu projeto. Concordo com quem disse que a grande poluição está nas paradas de ônibus, está em todos os lugares, com propagandas de *shows*, com propaganda de tudo que se possa imaginar. Tiraram o direito de os políticos fazerem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

propaganda nos postes, mas quase todos os postes da cidade têm uma propaganda: “concerto de gaita”, que, na realidade, nós sabemos que não é da gaita propriamente dita, mas de uma atividade suspeita; “lixa-se parquê”; “leem-se búzios”; “consertam-se persianas”, enfim, a cidade está lotada com esses anúncios, e nós não temos pernas para fiscalizar. O que sempre fez a SMAMS? A SMAMS sempre multou aqueles que estão estabelecidos, tranquilos com uma empresa, que não podem botar o seu nome maior do que um determinado tamanho, e aí fiscaliza isso e esquece de fiscalizar o restante das coisas. Eu acho que tem que ter algum regramento. Naquele projeto que eu apresentei, o nosso ex-vereador Professor Garcia já tinha feito uma emenda protegendo as empenas cegas. O que dizia o Professor Garcia na época? As empenas cegas ajudam muitos condomínios a pagar os seus custos. Ajudam pessoas que têm um prédio, que é o seu patrimônio, a pagar o seu IPTU. Então, acho que é meritório o projeto, de se estabelecer regras. Um amigo meu me ligou agora e disse que tentou botar na empena cega do seu próprio edifício, e a SMAMS disse: “Não, tu só podes colocar aqui nessa empena cega, se for através de uma empresa de publicidade autorizada.” Confere isso? Acho que isso é monopólio também, vocês me desculpem. Nós estamos reclamando do monopólio francês, mas tem esse monopólio em cima da minha propriedade? Aí já é demais! Aí já é demais, não há amizade que resista a isso! Então eu estou apresentando uma emenda que não precisa autorização só do poder público, mas não através de empresas de publicidade. Acho que aí é um acordo que tem que ter o proprietário do edifício... Não é isso?

Tiradas algumas dúvidas dessas, Ver. Mauro Pinheiro, acho que esse projeto será aprovado, sem dúvida nenhuma será aprovado. Depois, a cidade vai ver e vai cobrar as pichações – aqueles que fazem sem endereço não tem como cobrar, mas tem muito cartaz enorme, maior do que um *outdoor*, que tem telefone, que tem endereço da empresa. Então que se fiscalize e se cobre desse tipo de coisa. Hoje mesmo se falou aqui dos fios nos postes. Eu tirei uma fotografia, deve estar no meu Instagram. Isso é um absurdo, é uma poluição louca esses fios! Nós temos muitas coisas para cuidar aqui antes ou depois desse nosso projeto. É isso, cada um tem a sua consciência. Eu reclamei de ter que ter autorização de empresa de publicidade num determinado prédio, então aprovemos o projeto e vamos fiscalizar tudo que tem que ser fiscalizado. O poder público não tem pernas para fiscalizar tudo, mas se botar num 0800 da Prefeitura, o vereador ou o cidadão fotografar e mandar para alguém que fiscalize, que se multem essas empresas que não

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

pagam sequer ISSQN, não pagam nada sobre os *shows*, sobre as atividades e deixam a cidade completamente suja, com propagandas que muitas vezes nós nem queremos ver. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLL nº 189/18.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 189/18.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver. Paulinho Motorista, que preside a sessão, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Este é um projeto que acho vale a discussão, Ver. Ricardo Gomes. Aqui nesta Casa, ultimamente, a gente tem feito bastante audiência pública para discutir os projetos do governo – esse era um projeto que merecia uma audiência pública! Mas, como dormi no ponto, e o direito não socorre quem dorme, perdemos o tempo de fazer audiência pública, mas é um projeto em que era importante fazer uma grande discussão, buscarmos exemplos do mundo inteiro. Porto Alegre fez, nesta legislatura, um excelente trabalho. O Ver. Adeli Sell que veio aqui, estava presente – eu fiz parte também – na discussão do mobiliário urbano. Há um outro projeto do Executivo que passou pela Reunião Conjunta das Comissões, está pronto para ser votado, mas nós não puxamos a votação dele porque queremos discutir o projeto com a cidade, com os vereadores, que é o projeto Cidade Limpa, que trata, de certa forma, da matéria como um todo. Este projeto vem tratar de uma parte da cidade em relação à publicidade, à propaganda, na cidade de Porto Alegre. Eu me preocupo quando se discute por partes, porque este projeto pega apenas um item da cidade que é a parte das empenas, que, no meu ponto de vista, pode, sim, ser utilizado. Agora nós temos que ver até aonde ele vai prejudicar ou não os demais sistemas que estamos discutindo na cidade. Portanto, acho ruim votar um projeto que determina um regramento de uma parte e não de um todo na cidade de Porto Alegre. Eu gostaria de tratar a publicidade e a propaganda como um todo na cidade, para que a gente pudesse ver o que vai prejudicar este projeto. Quando se fala no mobiliário urbano, que ele pode, sim, através de licitações, trazer recursos públicos para o Município; se estes recursos forem utilizados para melhorar a vida de 1,5 milhão de habitantes, eu concordo. Por exemplo, nós aprovamos, há pouco tempo, uma licitação para

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

os relógios de rua em que o Município de Porto Alegre vai receber R\$ 80 milhões, se não me falha a memória. Agora, nós aprovando esse projeto, como ficará essa empresa que ganhou uma licitação e que vai pagar ao Município R\$ 80 milhões para colocar relógio de rua, quando este projeto diz que poderá ter relógios, através de sistema eletrônico, nas paredes da cidade de Porto Alegre? Será que essa empresa que venceu a licitação continuará querendo pagar esses R\$ 80 milhões para a cidade de Porto Alegre? Ou é muito mais barato ele colocar na parede de um hotel, de uma casa? Não estou dizendo que sou totalmente contra, mas acho que é uma discussão que precisamos fazer de qual a importância e o conflito que terá de interesse com a cidade de Porto Alegre. Como o Ver. Ricardo aqui falou, nós temos a liberdade econômica, mas a liberdade econômica também nos leva a pensar na oferta e na procura, Ver. Adeli Sell. Se tu tens uma grande oferta de meios, Ver. Mauro Zacher, onde tu podes fazer publicidade e propaganda, a oferta é grande, então quanto maior a oferta... Será que nós teremos procura suficiente para tantas e tantas publicidades e propagandas na cidade de Porto Alegre, ou devemos discutir uma restrição de algumas e priorizar outras? Então, eu acho que esse é o debate que nós devemos fazer e eu fico preocupado em votar e aprovar um projeto que tratará de uma parte da publicidade e propaganda de Porto Alegre, e não do todo. Eu acho que nós deveríamos discutir aqui, Ver. Wambert, o todo, e não uma única parte. Sei que a Ver.^a Mônica entende bastante da matéria, fez o projeto que ela tem atuado bem, sei que ela tem uma boa assessoria para poder fazer um projeto desses, e eu não discordo em si, Ver.^a Mônica, do projeto e, sim, que a discussão deveria ser no todo e não individualmente num único projeto. Era isso, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 189/18, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Agradeço ao Ver. João Carlos Nedel. Sr. Presidente, Ver. Paulinho Motorista, só para, neste diálogo construtivo, eu me posicionar também com relação ao argumento que trouxe o Ver. Mauro Pinheiro, que diz que, ao passar este projeto, ele afetará a licitação já feita dos relógios de rua. A julgar por esse mesmo argumento, há um projeto do Poder Executivo aqui que estabelece esse projeto

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

Cidade Limpa, quase entrou na reunião conjunta que realizamos e acabou não entrando, mas o projeto está tramitando. Pela mesma lógica, se passa o projeto do Poder Executivo, isso supervaloriza os anúncios dos relógios de rua que foram licitados por R\$ 80 milhões, e eles passariam a valer talvez R\$ 160 milhões, porque ficariam supervalorizados. Então, estar-se-ia causando enriquecimento ilícito daquela empresa que ganhou a licitação, porque se estria proibindo outros meios de propaganda na cidade. A julgar por esse próprio argumento, o Executivo deve retirar amanhã o projeto Cidade Limpa, porque licitou os relógios de rua a um valor e depois os supervalorizará proibindo outros. Estou dizendo isso para dizer o seguinte: nem tanto ao mar, nem tanto à terra; nem à regulamentação que o Executivo propõe desfará essa licitação, nem esse projeto afeta, de maneira substancial, a licitação que foi feita. Tanto é que há uma emenda do Ver. Mendes Ribeiro, que eu subscrevo, que inclusive diferencia esse tipo de publicidade e informação constante destes anúncios de empena, daquelas informações e anúncios que vão constar dos relógios de rua, que é a que veda o anúncio de hora, data e temperatura nas empenas justamente para que não haja uma concorrência no modal de mobiliário urbano com os relógios de rua. Então não vejo aqui qualquer potencial ofensivo à licitação já realizada que decorra deste projeto aqui. Se assim reconhecêssemos teríamos também que rejeitar o da Cidade Limpa pelo mesmo critério. Há sim um momento de transformação da forma como a cidade enxerga as suas faces que podem ser exploradas pela publicidade. Eu já disse aqui, eu sou presidente de uma organização internacional, viajo o mundo, vi em Bangkok a transformação que houve no centro da cidade a partir de um projeto que permitia mais luz, mais fluxo de pessoas, melhor uso daquela que é uma cidade histórica. Aquela, sim, é uma cidade com uma face histórica muito mais forte do que a nossa jovem Porto Alegre, na qual, cabe, com muita tranquilidade, para a nossa cidade, uma cara mais moderna com o uso inclusive da utilidade pública, que o projeto prevê. É um projeto que reserva, Ver.^a Mônica, se eu não me engano, um terço dos anúncios de utilidade pública, o que é bastante.

Então, eu acho, sim, que o projeto é bom para os condomínios, bom para as empresas, bom a população, bom para o comércio de Porto Alegre, que tanto precisa de ânimo, já que nós temos visto uma série de depreciações da cidade de Porto Alegre – abandonada, diriam alguns. Que bom que esse projeto reanima a cidade, nos permite ter melhor visibilidade dos negócios que acontecem na cidade, mais anúncios de utilidade pública, um projeto positivo que em nada interfere na licitação dos relógios já realizada. Que bom que foram

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

licitados. É um mobiliário urbano que embeleza a cidade, mas que não impeça o cidadão de fazer no seu terreno o que a Prefeitura achar bom que ela faça no espaço público. Se é bom no espaço público e a Prefeitura pode fazer, por que não pode ser bom no meu terreno e eu fazer? Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLL n^o 189/18.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezados colegas vereadoras e vereadores, Presidente Paulinho Motorista, colegas que me antecederam neste debate; primeiro o Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, suscitou que deveria ter pedido uma audiência pública sobre este tema, é verdade. Mas eu queria e gostaria muito, Ver. Mauro Pinheiro, que todos os projetos do governo que vêm a esta Casa pudessem ter um debate com a profundidade que este está tendo, até porque o projeto dos relógios, Ver. Adeli Sell, nós não conseguimos debatê-lo, não conseguimos ver a transparência dele como a apontada neste momento acerca do projeto em discussão. Então, vem nesse sentido, Ver. Airto Ferronato, a discussão do monopólio. O que está colocado, neste momento no debate, Ver.^a Lourdes, é que o projeto que a Mônica regulamenta – aí discutindo com todos nós – protege a nossa economia local com a diversidade dos pequenos e médios investidores que existem, e não montam um projeto, sem muita clareza, que vem de encontro aos interesses de Porto Alegre, quebrando as empresas locais. Acho que essa é uma discussão de fundo. Faço uma homenagem aqui, lembrando o nosso querido Prof. Garcia, que trouxe esse debate há dez anos, quando nós já dialogávamos, já debatíamos sobre isso.

Aí vem o segundo eixo. A primeira pior coisa que tem em Porto Alegre é querer aprovar um projeto que diz respeito à urbanidade na cidade de Porto Alegre. Eu sei, porque, também, sou empreendedor e investidor na área da construção. Levam-se cinco anos para se aprovar um loteamento, por exemplo, na cidade de Porto Alegre, e no tema da publicidade, e no tema do mobiliário urbano é pior ainda. Então, nós precisamos é regrar isso com transparência, para poder agilizar os projetos na cidade de Porto Alegre. O que acontece? Ninguém mais quer investir em Porto Alegre. Com essa história do prefeito Marchezan aplicar o estado mínimo, está jogando ao contrário, está esvaziando os investimentos na

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

cidade de Porto Alegre e monopolizando-os para grandes empreendedores virem para cá tomar conta. Nós precisamos é ter clareza. Não adianta fazer um discurso e, na prática, agir de outra maneira.

Então, nossa bancada vai votar favoravelmente, como já disse os vereadores Adeli e Marcelo. Nós discutimos antes, olhamos o projeto que já tem compensação social e compensação de utilidade pública quando, a cada três ou quatro empenas, uma estará à disposição para as campanhas públicas da sociedade, dos programas, dos projetos. Bom, ainda fica essa discussão, que não acaba com essa discussão geral da poluição, do índice de poluição. Nós temos de ir corrigindo isso aos poucos e ir acertando. Quanto mais nós estruturarmos, com transparência e com modernidade, creio que se polui menos. É que não é em tudo que é canto que se faz isso; bom, se ajuda a sociedade, talvez essa medida possa ajudar os condomínios a melhorarem o pagamento do IPTU, que hoje está chegando na casa de cada um com aumento. Quero dizer o seguinte: nós votamos contra esse aumento, pelo seguinte: o que melhora no investimento da cidade? Nós não conseguimos ver isso, por isso votamos contra. Então, creio que, neste momento, essa medida ajuda os proprietários a pagarem as suas dívidas com a própria Prefeitura da cidade. Um grande abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): Aprego e defiro Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLL nº 189/18.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 189/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 28 votos **SIM**.

Em votação o PLL nº 189/19. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver. Paulinho. Como eu não havia feito a discussão, deixei para encaminhar para ser mais rápido, e vou ser breve. Eu acredito em liberdade do uso da propriedade. Acho que, se a gente entende e valida o proprietário como dono de sua posse, devemos respeitar sua liberdade de utilizá-la como bem entender. Então não aprecio qualquer projeto que perverta a noção de propriedade do

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

indivíduo. Não consigo ser, portanto, favorável a um projeto como o Cidade Limpa, da forma como está posto; não consigo ser, portanto, favorável a iniciativas que pervertam o sentido do termo propriedade. A propriedade é um dos pilares fundamentais das democracias modernas, a propriedade é um dos pilares fundamentais da liberdade, e por isso sou a favor deste projeto, e acho que uma reflexão que não adentrou no debate, nessa discussão muito aprofundada e boa de acompanhar, foi a seguinte: hoje, as fachadas cegas dos prédios são um problema aos olhos de boa parte da população – e de fato são, Ver. Cecchim. E isso eu atribuo, na verdade, ao fato de que, desde 1957 para cá, os planos diretores de Porto Alegre foram criando restrições de verticalização em terrenos anexos, que fizeram com que prédios que foram construídos no momento em que você poderia botar uma fachada cega para depois vir um prédio e contemplar aquele lado, hoje não pode mais, e ficamos construindo, portanto, elementos urbanos que ficam solitários, que são remanescentes de uma era em que tínhamos mais liberdade para construir, por exemplo, e que agora nós temos que tratar os sintomas desse problema, que são essas fachadas cegas no edifício. Como negar o direito de propriedade daqueles moradores, de não utilizar o seu bem com fins a fazer publicidade? Não tem como negar, senão, estaremos negando a posse daquele empreendimento, daquele imóvel. Por isso, encaminho a favor desse projeto. Fui também favorável à emenda anterior do Ver. Mendes Ribeiro, do Ver. Ricardo, por entender que ela é benéfica no contexto de respeitar os contratos firmados. E eu acredito que agora, encaminhando esse projeto, dado que existe uma preocupação com a poluição visual, que nós adentremos na limpeza daquilo que polui que, na minha opinião, são justamente os anúncios ilegais que estão pelos postes da cidade. E a pichação, porque isso, efetivamente, carece de atenção do Poder Público, e isso perverte a noção de propriedade, porque faz na propriedade pública, ou mesmo na privada, o uso indevido, à revelia, do dono daquele bem. Então, nós precisamos coibir e respeitar, de novo, o direito à propriedade, que é a liberdade de o cidadão utilizar como ele bem entender. Sou a favor do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 189/18.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente Paulinho, vamos ser breves. Estou encaminhando aqui favorável ao projeto, por tudo que aqui se falou. E também concordo que, para essas antenas cegas, malcuidadas, sujas, encascurradas, nada melhor que se colocar aí um equipamento ordenado, que venha inclusive servir para até embelezar a cidade. Nada com poluição da cidade. E também para dizer, com relação a fios e cabos, a lei é de minha autoria; diversos falaram aqui, Ver. Paulinho Motorista, fios cabos. O prazo para retirada de fios e cabos sem uso é agora, dezembro de 2019. E a lei, nós aprovamos o projeto em 2015. São quatro anos – 2015 para 2019, o governo regulamentou agora. Quando se terminou com a atividade de guardador de automóveis, a Prefeitura, através do secretário da segurança, disse que, se encontrasse algum guardador de automóvel, pobre, idoso ou pai, ou mãe, de família que precisasse de R\$ 100,00, R\$ 200,00 para trazer alimento para seus filhos... Disse a Prefeitura que, se encontrar alguma pessoa guardando automóvel, colocará a polícia, a Brigada Militar e os guardas municipais em cima dela. Eu quero ver, porque eu já pedi: não se bota policial, nenhuma pessoa da Brigada Militar, Ver.^a Comandante Nádia, em cima de guardador de automóvel pobre, enquanto não se botar policial militar em cima dessas empresas bilionárias que encheram a cidade de fios, cabos, foram lá, repuseram, e continuam todos lá até dezembro. Estou avaliando de perto isso. Com relação ao projeto, para concluir, nós compreendemos que é necessário investir, autorizar, olhar, cuidar, incentivar, intensificar as atividades dos empresários da cidade de Porto Alegre, em primeiro lugar; depois vamos buscar o Estado, se necessário, mas, antes de mais nada, o empresariado de Porto Alegre. Aquele abraço, obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): A Emenda nº 01 tem prejudicialidade parcial no § 3º, uma vez que a exposição de data e hora já foi vedada pela Emenda nº 02. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 189/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 189/18. (Pausa.) **APROVADA.**
Em votação nominal, solicitada pela Ver. Moisés Barboza, o PLL nº 189/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO.**

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
022ª Sessão Extraordinária 16DEZ2019

Vereador Mauro Zacher (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE PAULINHO MOTORISTA (PSB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mauro Zacher. (Pausa.) Cancelo a verificação de quórum e, conforme acordo de líderes, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 12h33min.)